

João Caupers

Desfaçatez ou falta de vergonha?

Existem cada vez mais momentos da nossa vida colectiva em que dizemos para com os nossos botões que já nada proveniente daqueles que mandam em nós, por mais impróprio, por mais manhoso, por mais desavergonhado que possa ser, nos poderá surpreender.

Enganamo-nos constantemente. Há quase sempre alguém capaz de descer mais um degrau na escala da desfaçatez, alguém aparentemente empenhado em esgotar o nosso reportório de adjectivos susceptíveis de transmitir um sentimento de repulsa. Vejam só este exemplo daquilo que um inglês bem-educado consideraria *disgusting*, termo muito difícil de traduzir para português com exactidão.

Nós, os funcionários públicos, fomos espoliados do nosso subsídio de férias e do nosso subsídio de Natal, em condições que todos conhecemos, para o Estado poupar dinheiro, disseram-nos. Apesar de considerar injusto que o confisco parcial da remuneração atingisse exclusivamente os servidores públicos, acreditei que, ao menos, todos estes seriam igualmente atingidos.

Ingenuidade a minha. Veja-se o despacho n.º 774/2012, de 11 de Janeiro, subscrito pelos Secretários de Estado do Ensino Superior e da Ciência e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 19 de Janeiro de 2012.

Pelo esclarecedor texto, ficamos a saber que uma técnica informática contratada pelos gabinetes daqueles membros do Governo, receberá, para além da remuneração correspondente às suas funções e do correspondente subsídio de almoço, *nos meses de Junho e Novembro... outra mensalidade*, de valor idêntico à remuneração mensal, *a título de abono suplementar*.

Por outras palavras: mudando nome à coisa, transformando, num passe de mágica, os subsídios de férias e de Natal em «abonos suplementares» – e pagando-os,

João Caupers

para não haver dúvidas quanto à sua verdadeira natureza, nas épocas tradicionais daqueles –, já há dinheiro para os pagar. É o verdadeiro “ovo de Colombo”. Apenas para alguns privilegiados, naturalmente.

Senhores Secretários de Estado: sendo eu duplo “súbdito” de Vossas Excelências, nas qualidades de professor de uma universidade pública e de investigador financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, como posso requerer o pagamento dos tais *abonos suplementares*?

Para não criar eventuais dificuldades de tesouraria, até nem faço questão que me sejam pagos em Junho e Novembro: qualquer época do ano me serve.

Fev.2012